



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo n.º 08313295320208230010

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **HARLEY RHAMON RIBEIRO DE SOUZA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não, cumprindo ressaltar que o Seguro Obrigatório DPVAT é alvo dos mais diversos tipos de fraude.

Portanto, em que pese o requerimento da indenização na via administrativa, houve a NEGATIVA da Seguradora responsável pela regulação, haja vista, a ausência de sequelas.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

#### DO NEXO DE CAUSALIDADE

##### DA AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO DE ACIDENTE DE TRÂNSITO NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito**.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre a lesão e um acidente automotor. Perceba que toda documentação carreada aos autos, em especial **o boletim de atendimento médico não informa a ocorrência de acidente de trânsito.**

Ora Exa., deve se observar também que **o próprio boletim de ocorrência fora registrado apenas 03 meses depois do alegado acidente, pelo próprio autor, não havendo qualquer testemunha do fato ou documento que corrobore com a alegação do acidente narrado pelo autor.**

Deste modo, certo é que os documentos apresentados apontam no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado e um sinistro de trânsito.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

### **DA LESÃO APURADA NO 5º DEDO (PODODÁCTILO) DO PÉ DIREITO**

Caso ultrapassado o argumento de ausência de nexo de causalidade exposto acima, vem à parte Ré realizar o devido enquadramento da lesão apurada no laudo pericial, de acordo com a tabela prevista em lei.

Em análise ao laudo pericial anteriormente impugnado, o ilustre perito gradou em 50% o percentual de invalidez do segmento corporal acometido, contudo não havia sido claro no tocante ao segmento.

Segmento Anatômico      Marque aqui o percentual

1º Lesão Pé direito      ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☒ 50% Média ☐ 75% Intensa  
amputação 5º dedo      ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

O Laudo Médico realizado em 25/05/2021 no quesito 6, onde se refere segmento anatômico acometido, onde esta escrito "Pé direito, amputação do 5º dedo", quis referi um dano anatômico parcial incompleto com a amputação do 5º dedo (pododáctilo) do pé direito.

Logo, tendo o respeitável *expert* esclarecido que o enquadramento deverá ser realizado pelo **dano anatômico causado no 5º pododáctilo do pé direito**, temos:

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	<b>R\$ 675,00</b>	R\$ 337,50	R\$ 135,00

Assim, em eventual hipótese de condenação, deverá ser utilizado o método de cálculo apresentado acima.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 4 de agosto de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**